

# O PARTIDO LENINISTA E A CONSCIÊNCIA OPERÁRIA

José Augusto Cabral B. Bastos

## RESUMO

A análise da relação partido revolucionário/consciência operária, do ponto de vista leninista, remonta à dissociação proposta por Lenine entre revolução socialista e democracia política. Como resultante dessa premissa, passamos ao exame da noção de "vanguarda" e a implícita ruptura do movimento operário com a política revolucionária, à construção da consciência introduzida "de fora" e da ação política como deriva da do saber científico. A oposição consciência operária/consciência política, a idéia de recortar o social em "níveis" estanques (o econômico, o político, o teórico), interditando à consciência operária a visibilidade do processo político, a identidade marxismo/consciência de classe e a reprodução no interior da organização revolucionária da divisão social do trabalho, inscrita na sociedade capitalista, prefiguravam a exclusão da classe operária das funções dirigentes e apontavam para uma teoria do Estado autoritária e ditatorial.

Após haver identificado a presença do capitalismo na Rússia, sua inserção no sistema capitalis-

ta mundial e refutado com invulgar acerto analítico as premissas da sociologia populista, que imaginava a sociedade russa como um objeto inédito e isolado, descontextualizado da contemporaneidade, reivindicando para aquela formação social uma abordagem teórica sui-generis que determinava um estratégia política fundada na "comunidade camponesa russa" e na insitauração generalizada do "regime popular" para toda produção econômica, Lenine viria concentrar-se nas questões organizacionais, mais exatamente na criação de um partido revolucionário que fosse compatível com as condições políticas vigentes na Rússia czarista, vivendo sob um regime autocrático, onde inexistiam parlamento, partidos ou sindicatos legais, onde o aparato policial reprimira com exarcebada violência as nascentes manifestações de insatisfação da classe operária, a exemplo das greves espontâneas ocorridas na virada do século dezenove.

Era bem a Rússia o arquétipo da "sociedade oriental", delineada por Gramsci, em que o Estado era tudo ou quase tudo e a sociedade civil "primitiva" e "gelatinosa" (1), em que a atividade política não vazava do Estado para as instâncias ou organismos da sociedade civil, constituindo-se um monopólio dos agentes policiais e burocráticos ou uma empresa temerária e incerta de um punhado de devotados revolucionários.

Naquela primeira operação crítica, a de desqualificar teoricamente a sociologia populista, objetivada em obras tais como O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, Quem são os Amigos do Povo? ou Conteúdo Econômico do Populismo, Lenine, na exata expressão de Cerroni, lograra realizar de modo análogo a Marx, uma "crítica da ideologia russa" como igualmente a "crítica da economia política" na Rússia (2). Em verdade, o empreendimento a que se propunha Lenine, a utilização da metodologia e das categorias teóricas d'O Capital, afigurava-se particularmente problemático, haja vista terem sido elaboradas em função de uma Europa industrializada, o que dificultava sobremodo sua eficácia analítica numa formação social atípica como a Rússia de industrialização tardia, onde a maioria esmagadora da população era

constituída de camponeses, a classe operária reduzida concentrava-se nos grandes centros urbanos como Petrogrado, Moscou ou na Ucrânia, a persistência de relações de trabalho do tipo servil e os resquícios do feudalismo eram uma presença transparente.

Todavia, contrapondo-se ao modelo de avaliação tradicional, em que se embrenhava a sociologia popu lista, Lenine viria evidenciar o erro em que labora vam aquelas análises econômicas, ao não apreenderem o caráter capitalista da produção "popular" ar tesanal:

"... basta fazer a análise dessas relações de produção e veremos que o "regime popular" contem em si essas mes mas relações de produção capitalistas, embora em estado não desenvolvido, embrionário; veremos que se se renun cia ao ingênuo preconceito de considerar todos os kusta res iguais e se expressa com exatidão as diferenças exis tentes no seu seio, perceber-se-á que a diferença entre o "capitalista" da fábrica e o kustar é às vezes menor que a existente entre um kustar e outro; veremos que o capitalismo se constitui não a antítese do "regime popu lar", mas sua continuação direta, próxima e imediata e o seu desenvolvimento"<sup>3</sup>.

No entanto, se Lenine evidenciara, contra as aparências ideológicas, o caráter capitalista das relações de produção na Rússia czarista, um outro enredo, não menos perturbador, parecia irredutível ao analista político: contrastando com os países de industrialização avançada da Europa, a burguesia rus sa não realizara a sua revolução; a industrialização se implementava nos quadros de uma monarquia ab solutista, não se reproduzindo a coincidência clás sica entre sistema capitalista e regime político li beral.

Os sinais de decomposição do regime czarista, contudo, recrudesciam, os operários manifestavam seu inconformismo em grevês e manifestações de protesto, a própria burguesia se impacientava, muitos dos seus quadros intelectuais se bandeavam para as hostes re volucionárias; liberais democratas, socialistas re volucionários, "marxistas legais" ou bolchevistas, cada qual ao seu modo, preconizavam uma estratégia

que viesse desaguar na derrocada do absolutismo czarista.

Lenine, captando a especificidade política russa, num lance genial, que aturdira seus adversários, propunha uma inaudita estratégia que, ao tempo em que defendia a realização de uma revolução burguesa completa, abrisse uma picada rumo à revolução socialista. Para Lenine a revolução democrática burguesa deveria consistir numa ditadura (democrática) do campesinato e do proletariado contra a burguesia e os senhores feudais. À aliança política do proletariado com a burguesia Lenine substitui, portanto, a aliança com os camponeses. Em razão da singularidade do contexto russo, a revolução democrática burguesa torna-se-ia mesmo mais propícia à classe operária do que até a própria burguesia.

Acerca de uma premissa, porém, Lenine não admitia transigência: a classe operária devia conduzir e liderar a revolução democrática, contrariando a tese dos "economistas" que, privilegiando as reivindicações econômicas imediatas, reservavam à classe operária o posto de expectativa, cumprindo à burguesia a iniciativa da luta pela derrubada do regime autocrático.

Esse momento teórico-prático da trajetória intelectual de Lenine deve ser retido, pois implicava na articulação da democracia com a transição para o socialismo, postura relegada ao tratar das questões referentes ao partido e da organização revolucionária, optando Lenine por uma clara dissociação entre democracia e revolução socialista, culmina em Que Fazer? num tratamento de mofa e desprezo para com toda e qualquer virtual tentativa de introdução de práticas democráticas no interior da organização revolucionária.

A articulação entre democracia e socialismo viria a ser retomada em O Estado e a Revolução, conquanto de modo ambíguo, quando ao mesmo tempo em que ressurgem os temas da democracia direta e do desaparecimento do Estado, as instituições democráticas eram estigmatizadas como "invólucro" do capitalismo. Durante os primeiros momentos da revolução russa, reappareceria idêntica preocupação, cristalizada na palavra de ordem "todo poder aos soviets", logo subs

tituída pelo fortalecimento do aparelho partidário, importando, assim, no abandono da via hegemônica e na sagração do componente ditatorial, com o que to da e qualquer iniciativa de auto-governo das massas viria a ser encarada com igual suspeição e rancor cultivados pelos regimes autoritários de direta.

A centralização, a rígida disciplina e o caráter monolítico do partido social-democrata se justificavam, de acordo com Lenine, como uma injunção, necessários para fazer face às condições adversas da Rússia autocrática, onde a adoção de práticas democráticas no cotidiano de uma organização revolucionária equivaleria a facilitar o trabalho policial e dos órgãos de informação do regime. Demais, lhe parecia até sem sentido a exigência de observância de princípios democráticos numa organização clandestina e secreta, na medida em que, para que fosse exequível o exercício da democracia interna duas condições se tornavam imprescindíveis:

"em primeiro lugar uma publicidade completa e, em segundo lugar, o caráter eletivo de todos os cargos. Sem publicidade seria ridículo falar de democracia e além disso sem uma ampla publicidade que não fique limitada aos membros da organização".<sup>4</sup>

Outra premissa importante para entender-se a configuração do partido social-democrata leninista, como ressalta Lukacs, é a questão da atualidade da revolução, o que, à primeira vista pareceria uma redundância, desde quando a emergência do marxismo, sua razão de existir como teoria revolucionária, já pressupõe a revolução proletária como atualidade potencial, gerada a partir das contradições do capitalismo. Mas o que Lenine tem em sua presença é menos o conceito ou a possibilidade teórica da revolução proletária do que um evento próximo e tangível, são fatos que estão acontecendo, é a revolução pressentida, tanto nas ruas como no centro do poder autocrático. É o impasse criado e só resolvido de modo revolucionário. Numa fórmula concisa e exata, Lenine sintetiza uma situação revolucionária:

"as camadas inferiores da sociedade não suportam mais as condições de vida existentes e as camadas superiores  
Universitas. Cultura. Salvador (35): 39-51, jan./mar. 1986

não podem mais manter as velhas condições"<sup>5</sup>.

A situação revolucionária, prossegue Lenine, se caracteriza por um abalo em toda estrutura social, atingindo todas as classes, todas as camadas sociais, daí a tarefa imperativa que impunha ao partido de vanguarda de atuar em todas as classes, em todas as frentes onde haja descontentes e insatisfeitos, unificando todas as forças de contestação, sob a direção centralizada da organização revolucionária que não se confundia com os movimentos sociais. Aqui residia, segundo Lenine, a debilidade da facção menchevique que se constituía, ao seu ver, num conglomerado amorfo de tendências justapostas ou contraditórias, que arrefeciam a ação revolucionária, ao tempo em que inviabilizavam a obtenção de uma síntese teórica, coerente e justa, trazendo assim, confusão e desordem, paralisando a iniciativa revolucionária, restando sempre em atraso, sem acertar o passo com a atualidade da revolução, que requeria pensamento e ação unitários.

De acordo com Lukacs, a organização revolucionária leninista, na medida em que se fizesse portavoz de todos os explorados, sob a direção de um movimento unificado, "reune de modo dialético a exclusividade consciente do fim e a universalidade, a direção da revolução num sentido estritamente proletário e o caráter geral, nacional e internacional da revolução"<sup>6</sup>.

Vale registrar que, em que pese a discutível atribuição conferida à vanguarda, composta de revolucionários profissionais, a de determinar as tendências gerais do curso revolucionário e os princípios, também genéricos da ação revolucionária, Lenine jamais preconizara que a revolução fosse o produto da engenharia e bravura de uma elite iluminada que, em todo tempo e lugar acionasse os mecanismos de eclosão das revoluções, após o que, e só então, a revolução em pleno vapor, as massas entrariam no cenário para arrematar a obra, tudo de modo mecânico, exemplar e fatal, como ocorreu acreditar a determinadas "vanguardas" de todas as épocas, incluindo a recente história da América Latina.

Essa acepção simplória e voluntarista da situação  
Universitas. Cultura. Salvador (35): 39-51, jan./mar. 1986

ção revolucionária decerto não logra apreender a dimensão conferida por Lenine à atualidade da revolução, que implica no reconhecimento da presença revolucionária das massas, pressuposto da situação revolucionária, e uma crítica do projeto de revolução leninista deverá precaver-se do equívoco de uma tal interpretação.

Ao reivindicar, no entanto, a separação entre a organização de revolucionários profissionais e o movimento operário, porquanto este último estaria fadado a não transcender o nível de consciência trade-unionista, Lenine, como alguns contemporâneos já apontavam, a exemplo de Rosa Luxemburgo, teria resvalado numa concepção blanquista da revolução. Como se sabe, o blanquismo é a tática de insurreição que preconiza a deflagração do processo revolucionário a partir da ação de um punhado de conspiradores des-temidos, dispostos a toda espécie de sacrifícios que, destacados das massas, seguem, tão somente, sua clarividência e coragem individuais. Se é certo, como assinala Lukacs, "que o grupo de revolucionários profissionais não tem por missão "fazer" a revolução ou arrastar a massa inativa por sua ação independente e corajosa, de colocá-la diante do fato consumado da revolução"<sup>7</sup>, pensamos, todavia, que subsiste, de qualquer modo, um resquício de blanquismo na separação partido revolucionário/movimento operário, e mais do que isso no preconceito elitista de supor a incapacidade do movimento operário para apreender a dinâmica da revolução.

Se Lenine, ao reintroduzir o elemento consciente na luta revolucionária, rompera com o fatalismo de origem bernsteiniana que, fetichizando o movimento ("o movimento é tudo, o fim não é nada"), rebaixara a luta operária a um patamar pré-consciente, não teria também ele incorrido num outro tipo de fatalismo, ao supor irremovível a ideologia corporativista, congelando, assim, o movimento de apreensão racional do real pela consciência operária?

A questão nos remete à análise e discussão do ponto de vista de Lenine acerca das relações entre teoria e consciência operária, ressaltando-se de logo que, contrastando com suas conclusões sobre a ne

cessidade de centralização da organização revolucionária, Lenine, ao abordar a relação teoria revolucionária/consciência operária, ao invés de fazer a lusão às condições internas da Rússia, transpõe os particularismos, situa-se numa perspectiva de generalizações ao referir-se a uma consciência operária universal:

"Dissemos que os operários nem sequer podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe operária exclusivamente com as suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência tarde-unionista, quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários etc..."<sup>8</sup>

No particular, Lenine não estava inovando. Aliás, nesse ponto, ele delata explicitamente que compartilhava as idéias de Kautsky, para quem a consciência social-democrata não pode emergir senão de uma prática diversa da "cinzenta luta cotidiana" da classe operária; a prática teórica da moderna ciência econômica - o marxismo, por mais que desejem, à semelhança da técnica moderna, os operários não alcançam criar nem uma nem outra<sup>9</sup>. Por essa razão o portador da ciência não é o proletariado, mas a intelectualidade burguesa, da qual provieram, ademais, os próprios fundadores do socialismo científico, Marx e Engels. Dessa forma, a consciência socialista de verã ser introduzida "de fora" da classe operária que, entregue a si mesma não suplantará o estágio de espontaneísmo das lutas econômicas.

Convenhamos que a contribuição de Lenine, ao encarecer a importância da luta teórica é pertinente e justa, que "sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário"<sup>10</sup> que, como assinalava Marx, na Crítica do Programa de Gotha, o movimento revolucionário requer coerência e clareza teóricas e não se deve permitir" o tráfico com os princípios"<sup>11</sup> Contudo, não conseguimos atentar com a justeza do procedimento teórico consistente em recortar a totalidade do social em instâncias estanques,



como modernamente Althusser reedita, o econômico, o político, o teórico, abolindo as mediações, interditando a possibilidade de trânsito e superação dessas instâncias, hipostasiando, com faz Lenine, o "nível" econômico da consciência operária. Ora, consciente mesmo da determinação econômica, Gramsci viria contraditar essa inflexão positivista do marxismo clássico, ao enfatizar que "o programa da reforma econômica é exatamente o modo concreto, através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral"(12), querendo, assim, expressar que a via, através da qual a "classe essencial" deve concretizar a sua hegemonia é, por excelência, o terreno do econômico.

É certo que nenhuma garantia a priori deve ser concedida à classe operária, por sua especial posição econômica, no processo de aquisição da consciência revolucionária; que empiricamente a ideologia que penetra e envolve a classe operária é a ideologia burguesa: contudo, a possibilidade de a classe operária tornar-se hegemônica antes de tornar-se dominante, para usar ainda uma linguagem de Gramsci, é uma virtualidade implícita na luta de classe, ao nível ideológico, cuja dimensão revolucionária fora, como vimos, igualmente acentuada por Lenine.

Se a apreensão do saber teórico confere aos intelectuais a compreensão esclarecida da luta econômica de classes, não há porque, ao menos no plano conceitual, não conceder-se à consciência operária a faculdade de realizar um percurso inverso, do econômico ao teórico, sob pena de converter uma impossibilidade imediata e datada num universal absoluto e sempre idêntico, à semelhança da razão formal do idealismo.

Se a passagem da consciência econômica para a compreensão do social na sua totalidade não é um processo linear, como pretendia o "economismo", que divisava em toda manifestação de luta econômica da classe operária um conteúdo político necessário, da mesma sorte torna-se problemática a apreensão de uma linha política, mesmo genérica, para a classe operária por parte de um grupo de revolucionários profissionais, eventualmente detentores da ciência econômica marxista. A crença numa superioridade da teo-

ria científica que ensinasse um acesso privilegiado à compreensão e condução correta da luta de classes implicaria, ao nosso ver, no reconhecimento de um etapismo com sinal trocado, de extração iluminista, com graves conseqüências para o movimento operário, na exata medida em que concede uma justificação antecipada à ação da vanguarda revolucionária, portadora da certeza, atributo do saber científico.

Sabemos todos que Lenine jamais preconizara a infalibilidade do grupo de dirigentes e revolucionários profissionais, mas deixa aberta essa virtualidade teórica e prática, ao fazer derivar sua ação política do saber científico, autorizando a construção irracionalista de uma "política científica", da qual Stalin, mais tarde, julgar-se-ia intérprete e zeloso guia, num movimento de razão que, antes de constituir-se uma ruptura com o leninismo, expressa uma continuidade, em face da qual o argumento de "degenerescência" ou "deformação" stalinista é tão somente um álibi ideológico.

Opondo, de modo maniqueísta, consciência política/consciência operária, Lenine aproximava-se, malgrado sua resistência e idiosincrasia à democracia representativa, daquela concepção liberal da representação racional, vinculada historicamente ao modelo de democracia de participação restrita, censitária, vigente até fins do século dezenove, que recusava a extensão do sufrágio àqueles economicamente dependentes, sob o pressuposto lógico de que a política era o espaço da racionalidade, e aquela dependência comprometia, de modo excludente, o acesso ao bem comum, objeto da política, estabelecido pela razão universal.

Analogamente, ao eleger a intelectualidade egressa da burguesia como portadora de um saber racional, escoimado das ideologias elementares, lugar onde se detém, sitiada, a consciência operária, realiza Lenine, no nosso entendimento, uma operação mais próxima de Hegel do que de Marx, na medida em que a justificativa para a aferição do acesso privilegiado à ciência, concedido à intelectualidade burguesa, se assenta na apreensão de uma razão pré-existente e estranha ao movimento operário, captada na evolução

da filosofia burguesa, de que o marxismo é um desdobramento, conquanto, também, uma superação.

Por outro lado, e aqui a crítica se estende ao marxismo em geral, a identificação marxismo/consciência de classe, tomada como imperativo categórico, dever - ser político, ético e social, condiciona e estreita as potencialidades criadoras da classe operária de elaborar uma cultura e uma política condizentes com suas necessidades nacionais e de classe, ao tempo em que impõe uma ruptura definitiva com suas tradições libertárias e com todo o passado burguês, que não se traduz, apenas, em opressão e exploração de classe, servindo-se do marxismo não como crítica do modo de produção capitalista, mas como expressão de uma "consciência de classe" dada de uma vez por todas, pré-determinando, ao estilo dogmático, o conteúdo e as formas da nova sociedade, além da própria historicidade da classe operária.

Semelhante à identidade ciência/política, a igualdade marxismo/consciência de classe tem - se revelado como dissimulação ideológica para a utilização do terror como instrumento de ação política que, a pretexto de combater o inimigo de classe, se reverte contra a própria classe operária, para não falar da assimilação dos grandes monumentos da cultura burguesa à dominação de classe. A abjuração de Beethoven pela revolução cultural chinesa ou o malfada do "realismo socialista" tinham, ambos, a pretensão de ser a expressão pura e fidedigna da "consciência de classe".

Não deixa de ser irônico a flagrante contradição que encerra um partido revolucionário. ao reproduzir no seu interior a divisão social do trabalho, trabalho intelectual/trabalho manual, inscrita nos quadros sociais da sociedade que se pretende destruir, gênese da desigualdade entre as classes, prefigurando, assim, o aparecimento de uma classe dominante, a burocracia, cujas origens já se achavam assentadas, como mostrou Claude Lefort<sup>13</sup>, não apenas na lógica de produção da grande indústria capitalista, que já alcançara, em certos domínios, um grau bastante elevado de concentração e uma administração moderna, mas, também, na ideologia de um partido que, começando por

excluir a classe operária das funções dirigentes, acaba, quando não poder, por negar-lhe, do mesmo modo, a gestão da produção econômica, reduzindo-a às funções de mera execução, constituindo-se, assim, o proletariado, à exemplo da sociedade capitalista, uma classe igualmente explorada, mediante as diferenciações salariais e de consumo, através da extração da mais-valia, como do mesmo modo alijada da gestão política, conformista e alienada das decisões que são tomadas em seu nome, para reforçar a sua servidão.

Desse modo, a questão suscitada por Bobbio<sup>14</sup>, se existe mesmo uma teoria marxista do Estado, fundado no silêncio dos textos marxistas acerca da administração do Estado, da sua organização, de um sistema de distribuição de poderes, a exemplo da clássica fórmula liberal tripartite, sobre quem governa, como governa ou do processo de escolha dos governantes, temas pulverizados e resolvidos na condenação genérica de todo Estado como ditadura de classe, encarada da perspectiva da concepção leninista do partido revolucionário e da estratégia de assalto ao poder, parece induzir a uma resposta afirmativa, porquanto toda teoria do Estado pressupõe necessariamente uma teoria do partido político e da conquista do poder, e a conclusão a que se chega, diante das soluções dadas por Lenine a essas duas questões, ao contrário do que parece a Bobbio, é de que existe uma teoria do Estado marxista: uma teoria do Estado ditatorial e autoritária.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p.74 e 75.
- 2 CERRONI, Umberto. Teoria Política e Socialismo. Roma, Editori Riuniti, 1973, p.102.
- 3 LENIN, V.I. . Quiénes son los "Amigos del Pueblo". Mexico, Siglo Veintiuno, 1979, p.139.
- 4 LENINE, V.I. . Obras Escolhidas, v.I. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1979, p.139.
- 5 *ibid.* p.136.

- 6 LUKACS, Georg. Lénine. Études et Documentations Internationales. Paris, 1965, p.55.
- 7 *ibid.* p.49.
- 8 LENINE, v.I. . *op. cit.*, p.101.
- 9 *ibid.* p.107.
- 10 *ibid.* p. 96 e 97.
- 11 *ibid.* p. 96
- 12 GRAMSCI, Antônio. *op. cit.* p.9.
- 13 LEFORT, Claude. Éléments d'une critique de la Bureaucratie. Paris, Gallimard, 1979, p.299 e 300.
- 14 BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina Marxista do Estado? in: O Marxismo e o Estado. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 28.

## SUMMARY

This analysis of the relationship between revolutionary party and worker conscienceness from the Leninist point of view emerges from the disasociation proposed by Lenin between socialist revolution and political democracy. Based on this premise the essay first discusses the concept of "vanguard" and the implied rupture between the worker movement and the politics of revolution. It then analyzes the construction of conscienceness introduced from the "outside" and the political action derived from scientific knowledge. The essay reveals that various factors have converged to exclude the working class from directive functions and offer a framework for a theory of an authoritarian and dictatorial State. These factors include the following: the opposition between worker and political conscienceness; the idea of vie wing social reality as composed of distinct levels (economic, political, theoretical), obstructing from worker conscienceness a view of the political process; marxist identity/class conscienceness and the reproduction of the social division of work in capitalist society.